




Web - Revista SOCIODIALETO

Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetológicos - NUPESD
Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo - LALIMU
ISSN: 2178-1486 • Volume 12 • Número 36 • Mar 2022

**Dossiê Temático: Centenário de Paulo Freire:
Dialogicidade e Educação entre lutas e amorosidades**

 <http://dx.doi.org/10.48211/sociodialeto.v12i36.461>

A DECOLONIALIDADE DO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE, O MOVIMENTO NEGRO E A LUTA CONTRA O RACISMO

THE DECOLONIALITY OF PAULO FREIRE'S THOUGHT, THE BLACK MOVEMENT AND THE STRUGGLE AGAINST RACISM

Ilma Fátima de Jesus (UFMA)¹
ilma.fatima@ufma.br

RESUMO: Este artigo reflete sobre a decolonialidade do pensamento de Paulo Freire, o movimento negro e a luta contra o racismo, a partir do combate à opressão presente em suas obras. Na academia, temos um olhar militante, considerando as ações afirmativas para a presença negra com trajetória em organizações do movimento negro, nas instituições de ensino superior, composta por discentes, docentes e pesquisadoras/es. A luta contra o racismo e a opressão na academia, e o olhar militante na academia confirmam a necessidade de tematizar o preconceito racial, a discriminação racial e o significado do movimento negro no combate ao racismo.

PALAVRAS-CHAVE: Paulo Freire. Luta. Racismo. Opressão. Movimento Negro.

ABSTRACT: This article reflects on Paulo Freire's decolonial thinking, the black movement and the fight against racism, based on the fight against oppression present in his works. In academia, we have a militant look, considering affirmative actions for the black presence with a trajectory in black movement organizations, in higher education institutions, composed of students, teachers and researchers. The fight against racism and oppression in the academy, and the militant look at the academy confirm the need to thematize racial prejudice, racial discrimination and the meaning of the black movement in the fight against racism.

KEYWORDS: Paulo Freire. Fight. Racism. Oppression. Black Movement.

1 INTRODUÇÃO

Neste texto refletimos sobre a decolonialidade do pensamento de Paulo Freire, o movimento negro e a luta contra o racismo. Na academia, temos um olhar militante,

¹ Doutoranda em Educação, Mestre em Educação e Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Graduada em Letras Português/Inglês pela Faculdade Medianeira. Professora da Rede Pública Estadual de Ensino do Maranhão. Professora Especialista em Educação na Secretaria Municipal de Educação de São Luís – MA. Coordenadora da Formação em Educação e Relações Étnico-Raciais no Núcleo do Currículo/SAE/ SEMED. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4628965483929973>. ilma.fatima@ufma.br

considerando o crescimento da presença negra, com uma trajetória em organizações do movimento negro, nas instituições de ensino superior, seja composta por discentes, docentes, pesquisadoras e pesquisadores, e a militância consciente do movimento negro abraça as questões de gênero, raça e etnia, e a pesquisa acadêmica segue uma orientação teórico-metodológica referenciada em obras na perspectiva afrocentrada (ASANTE, 2009) e autoras e autores que abordam a temática étnico-racial e de gênero como: Gomes (2017), Gonzalez (1982), Munanga (2015), Silva (2011), dentre outros, e o pensamento decolonial de Paulo Freire (1975; 1986) está presente por indicar a necessidade de luta contra a opressão, assim como o de Boaventura de Sousa Santos (2019), por propor a ruptura com o eurocentrismo, a valorização dos conhecimentos alternativos e o enfoque da ecologia dos saberes.

O olhar militante na academia considera importante conceituar racismo, preconceito racial e discriminação racial e o significado do movimento negro, do protesto negro, e considera que ser militante impõe uma prática pedagógica que se realiza a partir da formação proposta pelo Movimento Negro Unificado (MNU), por exemplo.


Os escritos de militantes para participação em encontros, simpósios, seminários e congressos etc., inserem uma história de luta silenciada por muito tempo no espaço acadêmico com temas como negritude e raça/etnia como determinante principal da classificação social de grupos e indivíduos no interior da sociedade brasileira, discutindo o racismo institucional e estrutural e a indignação perante o racismo e sexismo nos debates atuais sobre a questão racial e de gênero, e propostas que abarcam ações para a eliminação das desigualdades e todo o tipo de opressão que afetam a população negra nesta sociedade, buscando soluções para os casos de racismo na escola e a violência que atinge as mulheres negras no país, dentre outras ações, a partir de reflexões não se esgotam e fazem parte dos debates e da formação de militantes do movimento negro para uma mudança de paradigma na academia.



Web - Revista SOCIODIALETO

Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetológicos - NUPESD
Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo - LALIMU
ISSN: 2178-1486 • Volume 12 • Número 36 • Mar 2022

Dossiê Temático: Centenário de Paulo Freire: Dialogicidade e Educação entre lutas e amosidades

 <http://dx.doi.org/10.48211/sociodialeto.v12i36.461>



Paulo Freire, com seu pensamento decolonial, contempla em sua vasta obra a luta contra a opressão e, portanto, a luta contra racismo. Resgatamos por ocasião do centenário de seu nascimento, a “Pedagogia do Oprimido”, e o seu legado para a educação no país e no continente africano, além de outras partes do mundo, e sua presença constante na luta de libertação dos oprimidos, e o olhar sobre a opressão dos homens sobre as mulheres, refletindo que as ideias do autor nos remetem aos escritos por ele citados e que dialogam sobre a opressão colonial e a libertação como os de Frantz Fanon², Aimé Césaire³, Albert Memmi⁴ e Amílcar Cabral⁵ e também a obra “A África ensinando a gente”, de Paulo Freire e Sérgio Guimarães, e seu pensamento na luta contra a opressão

² Frantz Fanon nasceu em 1925, em Fort de France, Martinica, e morreu em 1961, em Washington, D.C., EUA. Ensaísta, psiquiatra e líder revolucionário na Argélia, desenvolveu reflexões políticas importantes a respeito da descolonização. Foi introduzido no movimento da negritude por Aimé Césaire. Fanon contribuiu para o processo de independência dos países africanos com obras como *Los condenados de la tierra*. A militância política no processo de libertação da Argélia e a solidariedade que prestou a outros líderes africanos dos anos 1950 e estudos do colonialismo estão nos livros *Pele Negra*, *máscaras brancas e Escuta blanco!*

³ Aimé Césaire (Aimé Fernand David Césaire) nasceu em Basse-Pointe na Martinica, em 26 de junho de 1913 e morreu em Fort-de-France, 17 de abril de 2008. Foi professor de Letras, poeta, dramaturgo, ensaísta e político martiniquês. Na Martinica, é um grande poeta e um dos ideólogos do conceito de negritude com uma obra marcada pela defesa das raízes africanas, juntamente com Léopold Senghor, que se tornou Presidente do Senegal, fundou em Paris da década de 1930, com Senghor, a revista *O Estudante Negro (L'Étudiant Noir)*, Destacou-se por sua atuação política como deputado pela Martinica, em 1945, no parlamento francês, filiado ao Partido Comunista. Em 1956, fundou o Partido Progressista da Martinica (PPM) e distinguiu-se pela produção intelectual em relação à situação colonial, na obra *"Cahier d'un Retour au Pays Natal"*.

⁴ Albert Memmi nasceu em Túnis, Tunísia Francesa, em dezembro de 1920. Durante a ocupação nazista da Tunísia, Memmi foi preso em um campo de trabalhos forçados do qual mais tarde escapou. Memmi foi educado em escolas primárias francesas e continuou na escola secundária de Carnot em Túnis, na Universidade de Argel, onde estudou filosofia, e, finalmente, na Sorbonne em Paris. Apoiou o movimento de independência na Tunísia e morreu em maio de 2020, em Neuilly-sur-Seine, França, aos 99 anos. Sua principal obra é *Retrato do colonizado precedido pelo Retrato do colonizador*.

⁵ Amílcar Cabral nasceu em 1924, em Bafatá, na antiga Guiné, e morreu em 1973, em Conacri, Guiné. Importante intelectual, contribuiu para a independência da Guiné e de Cabo Verde, a partir da fundação do Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC), em 1956. No período de 1963 a 1973, foi a principal liderança do processo de independência, como secretário-geral do PAIGC. Em 1973, políticos de oposição assassinaram-no em Conacri, na Guiné. Como uma liderança política, lutou em prol da unidade nacional, valorizando os seus princípios num exercício de repensar o interesse do povo. Era um revolucionário e um pedagogo da revolução, ensinando e aprendendo com seu povo.

	<p>Web - Revista SOCIODIALETO Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetológicos - NUPESD Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo - LALIMU ISSN: 2178-1486 • Volume 12 • Número 36 • Mar 2022 Dossiê Temático: Centenário de Paulo Freire: Dialogicidade e Educação entre lutas e amorosidades  http://dx.doi.org/10.48211/sociodialeto.v12i36.461</p>
---	---

no processo de libertação, leitura necessária para militantes do MNU, uma organização do movimento negro que atua de forma independente e por sua própria conta.

2 A PEDAGOGIA DECOLONIAL DE PAULO FREIRE

A decolonialidade do pensamento de Paulo Freire reflete suas ideias sobre o diálogo e a leitura crítica da realidade e sua luta pela libertação dos oprimidos para transformá-los em sujeitos da realidade histórica na qual se inserem, humanizando-se, lutando pela liberdade, pela desalienação e pela sua afirmação; enfrentando uma classe dominadora que, pela violência, opressão, exploração e injustiça, perpetua-se.

A obra de Freire é perpassada pela ação transformadora, a práxis libertadora, e reflete, no caso das mulheres, que é preciso se autolibertar da relação machista e, dessa forma, libertar seu opressor masculino da alienação de oprimir os outros gêneros e também raças e etnias, o que abrange a liberdade da humanidade, de homens e mulheres, de todas as idades, raças, etnias, condição social etc. A luta das mulheres é marcada, nos séculos XX e XXI, por marchas da libertação das mulheres, incluindo a marcha das mulheres negras.

Nas contribuições de Freire aparece a capacidade de esperança de um mundo sem opressão, com a conscientização dos seres humanos, e educadoras e educadores, em particular, pelo caráter político, por uma educação emancipatória para libertação de consciência do oprimido e a consciência crítica da opressão, para transformar a realidade.

A reflexão sobre a consciência oprimida, a consciência opressora e a dualidade gerada pela submissão na obra “Pedagogia do Oprimido”, humanista e libertadora, caracteriza-se por ser uma pedagogia que luta num processo permanente pela libertação, a partir da luta contra a opressão e suas causas, o que gera uma ação transformadora, uma práxis libertadora. Apesar da utilização do termo homem na referência ao ser humano,




Web - Revista SOCIODIALETO

Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetológicos - NUPESD
Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo - LALIMU

ISSN: 2178-1486 • Volume 12 • Número 36 • Mar 2022

**Dossiê Temático: Centenário de Paulo Freire:
Dialogicidade e Educação entre lutas e amorosidades**

 <http://dx.doi.org/10.48211/sociodialeto.v12i36.461>

Freire passou a utilizar homens e mulheres para se referir ao ser humano para evitar o sexismo de linguagem, o que utilizamos para que a equidade de gênero seja a prática.

Freire reflete sobre a opressão dos homens sobre as mulheres e de uma raça sobre outras em “Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa”

Não me venha com justificativas genéticas, sociológicas ou filosóficas para explicar a superioridade da branquitude sobre a negritude, dos homens sobre as mulheres, dos patrões sobre os empregados. Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar (FREIRE, 1996, p. 67).

A “Pedagogia do Oprimido” traz o pensamento decolonial freiriano e contempla a contradição opressores-oprimidos, sua superação; a situação concreta de opressão e os opressores; ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho; os seres humanos se libertam em comunhão. Freire (1975, p. 41) alerta para a conscientização sobre a exploração sofrida na passagem: “Estes que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos” e indaga:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade de libertação? (FREIRE, 1975, p. 43).

Dessa forma, o pensamento decolonial freiriano é um instrumento de libertação de um processo de desumanização e de opressão exercida pelos homens sobre as mulheres e outros gêneros, raças e etnias, reforçando a necessidade de libertação, neste século. Gomes escreve sobre o pensamento freiriano na luta de libertação do ser humano.




Web - Revista SOCIODIALETO

Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetológicos - NUPESD
Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo - LALIMU

ISSN: 2178-1486 • Volume 12 • Número 36 • Mar 2022

**Dossiê Temático: Centenário de Paulo Freire:
Dialogicidade e Educação entre lutas e amosidades**

 <http://dx.doi.org/10.48211/sociodialeto.v12i36.461>

A educação é compreendida como parte do processo de formação humana, na perspectiva de Paulo Freire, no qual a escola e os processos educativos construídos em outras instituições sociais são considerados vivências formadoras (e, por vezes, deformadoras) que constituem sujeitos (FREIRE, 2011, p. 134).

A presença de Freire, no exílio, em países africanos reforça sua contribuição para a educação e o processo de libertação e de independência dos países colonizados, marcando as ideias decoloniais do mestre. A obra “A África ensinando a gente: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe”, de Paulo Freire e Sérgio Guimarães, pode ser entendida como decolonial por trazer a experiência freiriana no continente africano, em que Sérgio Guimarães resgata a memória de Freire, trazendo o diálogo de Guimarães e Mário Cabral em “Hoje é uma sexta-feira, 8 de março de 2002. Dia Internacional da Mulher, aliás, e nós estamos em Bissau”. Guimarães afirma que a ideia era resgatar a memória sobre a educação na Guiné-Bissau, a partir da obra “Cartas à Guiné-Bissau”, e refletir sobre o processo de independência.

O que posso dizer é que, com a libertação do país todo, com aquela escola que foi a luta de libertação - em que Amílcar dizia que quem sabe deve ensinar àquele que não sabe - então, chegada a independência, nós quisemos fazer uma grande campanha de alfabetização (FREIRE, GUIMARÃES, 2011, p. 129).


Na obra, Mário reflete sobre a educação e a consciência política e afirma que “Paulo Freire, que era um grande intelectual, um homem realmente de uma capacidade, de uma oralidade extraordinária na explicação e no envolvimento, foi nosso professor, de nós todos”, e assinala:



Web - Revista SOCIODIALETO

Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetológicos - NUPESD
Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo - LALIMU
ISSN: 2178-1486 • Volume 12 • Número 36 • Mar 2022

**Dossiê Temático: Centenário de Paulo Freire:
Dialogicidade e Educação entre lutas e amosidades**

 <http://dx.doi.org/10.48211/sociodialeto.v12i36.461>

Passávamos horas discutindo todas as questões. Devo dizer que, depois da independência, com todo o entusiasmo que apareceu por todo o país, inclusive na chamada diáspora, as pessoas estavam muito disponíveis para vir. Lembro-me de uma primeira missão que eu, enquanto ministro da Educação, e o ministro da Saúde fizemos a Portugal, para ir procurar quadros, porque não havia professores. (FREIRE, GUIMARÃES, 2011, p. 130-131).

As “Cartas à Guiné-Bissau” são produto do intercâmbio e dos diálogos que se produziram a partir da presença de Freire no continente africano.

E aí foi muito bom, porque Paulo Freire teve capacidade de sintetizar essa experiência, que era mais oral - aliás, essa é a tradição africana, não é? -, mas não escrevíamos. Ele foi capaz de pôr no papel muitas das ideias que intercambiávamos e as sínteses, para poder continuar na sessão seguinte. (FREIRE, GUIMARÃES, 2011, p. 131).

Amílcar Cabral é lembrado pelo papel que representou, com suas ideias sobre educação no processo de independência e construção do país, como fundador da nação guineense.

Penso que o Paulo Freire compreendeu muito bem que Amílcar Cabral foi um grande pedagogo [...]. Amílcar foi um homem muito simples, com uma argúcia muito grande, de uma grande capacidade de diálogo, razão pela qual conseguiu realmente colar as partes e construir pouco a pouco a nação guineense. Isso é um processo pedagógico! (FREIRE, GUIMARÃES, 2011, p. 132).

A obra traz a indagação: “Quando você se lembra hoje de Paulo, se tivesse que resumir em poucas palavras o que é que você mais aprendeu com ele, o que você reteria como essencial, na palavra e na contribuição dele para a educação na Guiné-Bissau?” (FREIRE, GUIMARÃES, 2011, p. 147), e a resposta traduz que: “Um aspecto muito

importante é a sua pedagogia da liberdade” e acrescenta que Freire ajudou muito no aspecto social. “Ele era, de fato, um homem político, com uma capacidade de síntese e uma capacidade de diálogo muito grandes. Era um homem que ouvia muito e, sobretudo, que observava ainda mais”.

A contribuição de Freire para Guiné-Bissau é refletida por ocasião do Dia Internacional da Mulher com a questão: “Qual era a ideia que o Paulo te passava em relação a essa questão da mulher? Quando a gente vê ainda hoje a luta que a mulher tem, não só na África, mas nos outros continentes, para sobreviver e para se impor, qual era o sentido dos comentários dele?”

Paulo Freire insistia na ideia de maior participação das mulheres, como uma forma de trazê-las, de fato, numa atitude participativa para acabar com os processos históricos da inferioridade da mulher, e, assim, seus discursos enaltecem a mulher com toda a poesia de que era capaz, lembrando de sua companheira Elza como amiga e musa e a preocupação de Freire lembrava Amílcar Cabral sobre a importância do Ministério das Mulheres, para ampliar a presença de mulheres nos comitês.

A presença freiriana no continente africano é resgatada por Silva (2020) ao afirmar que Paulo Freire e Abdias Nascimento eram amigos e se encontraram em Guiné Bissau, em 1976, quando o mestre estava lá na missão de educador. Abdias visitou o país meses após a vitória do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) e a independência de Bissau e já haviam se encontrado em Nova York, nos Estados Unidos da América e em Dar-es-Salaam, na Tanzânia, em 1974, no 6º Congresso Pan-Africano.

Nesse sentido, o pensamento decolonial de Paulo Freire se configura no processo de libertação ao dar voz aos que sofrem com a desigualdade gerada pela exploração para despertar consciências para o respeito aos direitos humanos, à raça/etnia e gênero.

3 PAULO FREIRE E O MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO – MNU

Paulo Freire é um autor importante para leitura no movimento negro por seu papel na luta contra a opressão e sua presença no Movimento Negro Unificado (MNU) se faz por meio de suas ideias, principalmente para a militância presente na academia que tem uma luta constante contra o racismo. Podemos entender o MNU como uma das organizações e/ou entidades do movimento negro, de caráter nacional, que se sobressai desde os duros tempos da ditadura militar nos anos de 1970 do século XX, tendo sido fundado, em 18 de junho de 1978, com a denominação de Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, e lançado, em 07 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal, em ato público, no centro da Capital paulista, com a presença de “cerca de duas mil pessoas”, conforme noticiou a Folha de São Paulo, no dia 8 de julho de 1978, MNU (1988); GONZALEZ e HASENBALG (1982); CARDOSO (2002). “Os negros estão nas ruas” era a manchete de capa do Jornal “Versus - Afro-América Latina”, n.º 23, de julho/agosto de 1978. Nas páginas 32, 33 e 34 o jornalista Hamilton Cardoso, um dos fundadores do MNU, registra impressões, fotos e os nomes que marcam o surgimento do Dia 7 de julho - Dia Nacional de Luta Contra o Racismo. São lançadas, posteriormente, seções em Minas Gerais e Rio de Janeiro e Bahia.


Atualmente, o MNU tem representação em quase todos os estados brasileiros e a mística do MNU estimulou, nestes 43 anos de existência, o surgimento de inúmeras organizações do movimento negro no Brasil, sendo confundido e/ou visto como sinônimo de Movimento Negro e organização que congrega todas as demais, apesar de ser uma delas. O MNU, ao longo da sua existência computa algumas vitórias como: instituição do Dia 20 de Novembro – Dia Nacional da Consciência Negra, na 3ª Assembleia Nacional, realizada em 04 de novembro de 1978, na Bahia. Esta data foi criada pelo Grupo Palmares, de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em 1971; desmistificação da tese gilbertofreireana da existência de uma democracia racial com a transformação do Dia 13



Web - Revista SOCIODIALETO

Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetológicos - NUPESD
Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo - LALIMU
ISSN: 2178-1486 • Volume 12 • Número 36 • Mar 2022

**Dossiê Temático: Centenário de Paulo Freire:
Dialogicidade e Educação entre lutas e amosidades**

 <http://dx.doi.org/10.48211/sociodialeto.v12i36.461>

de maio como Dia Nacional de Denúncia contra Racismo; enterro simbólico da Lei Afonso Arinos, dada a iniquidade para punir os crimes de racismo, em São Paulo com Ato Público em 1979; articulação para criminalização do racismo, dos municípios, estados e chegando até a Convenção Nacional do Negro pela Constituinte, em 1986, em Brasília; contribuição com manifestações pela libertação de Nelson Mandela; idealização e construção, juntamente com outras organizações, da Marcha Zumbi dos Palmares pela Cidadania e pela Vida, que contou com mais de 30 mil participantes em Brasília, em 1995; e também no processo de organização da Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Brasil e articulação para o Estado criar mecanismos de coibição do racismo e políticas públicas.

A articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, hoje Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), representa as comunidades quilombolas do Brasil e foi formada pelos quilombolas de vários estados do país na defesa de seus direitos. A presença do movimento negro e do movimento quilombola na “Marcha Zumbi + 10: Pela Cidadania e a Vida”, em 2005, também discute a educação, em Brasília, com o apoio de organizações e de entidades do movimento negro e apoio de instituições da sociedade civil, em dias específicos, ou seja, no dia 16 de novembro, que “enfocou a desigualdade socioeconômica e o baixo orçamento público destinado à melhoria da qualidade de vida da população negra”; e, no dia 22 de novembro, foi a vez da marcha que “enfatizou a exclusão social e a necessidade de combater a violência e o genocídio da população negra, sobretudo a dos jovens”, consistiu numa importante manifestação pública que contou com a presença de quilombolas, que promoveu com o movimento negro uma articulação nacional para realização do I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, ocorrido em Brasília, de 17 a 20 de novembro de 1995, com reivindicações sobre educação traçadas por quilombolas e entregues ao Estado brasileiro.

Ogunbiyi (1995, p. 6) afirma que, para Abdias Nascimento, um dos fundadores do Movimento Negro Unificado - MNU, “Movimento Negro é uma exclusividade negra e/ou afro-brasileira” (NASCIMENTO, 1998, p. 106) e que: “Cuidar de organizar nossa luta por nós mesmos é um imperativo de nossa sobrevivência”. Para o autor, ser militante do movimento negro é lutar contra o racismo e suas manifestações por meio de denúncias, manifestos, notas públicas, passeatas, atos públicos, decretos, leis, decretos-lei, resoluções, portarias, produções literárias ou teóricas etc. de forma autônoma e independente, ou seja, desvinculada, sem ligação a partidos políticos, igrejas, centrais sindicais e sindicatos, ao Estado (governos: municipais, estaduais e federal) e demais instituições cujo o controle esteja fora do alcance da população negra. Assim, ser militante do movimento negro “é ainda, trabalhar em estreito intercâmbio com as demais organizações e, principalmente, com a população negra e/ou afro-brasileira repassando/socializando todo o conhecimento adquirido através de pesquisas, estudos e trabalhos relativos à questão racial” (OGUNBIYI, 1995, p. 6). Para o autor (2017, p. 6), a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação Racial, adotada pelo Brasil, em 21/12/1965, carece ser aplicada.


Os caminhos percorridos para a aprovação da Lei nº 10.639, em 2003, tem antecedentes que acompanhamos de perto para uma educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. O Programa de Ação do Movimento Negro Unificado – MNU, aprovado no IX Congresso Nacional do MNU, realizado em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 1982, aponta que “a contribuição que o debate acerca da educação traz para o processo de reação à violência racial começa por um lugar comum denunciando a seletividade do modelo educacional vigente”, destacando que esse modelo “exclui o patrimônio cultural da população negra dos currículos escolares”, reivindicando “a inclusão da História da África e do Povo Negro no Brasil nos Currículos Escolares”, o que já reforçava a necessidade de inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar brasileiro.



Web - Revista SOCIODIALETO

Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetológicos - NUPESD
Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo - LALIMU
ISSN: 2178-1486 • Volume 12 • Número 36 • Mar 2022

**Dossiê Temático: Centenário de Paulo Freire:
Dialogicidade e Educação entre lutas e amosidades**

 <http://dx.doi.org/10.48211/sociodialeto.v12i36.461>

A respeito do Movimento Negro Unificado, em “O pensamento do MNU”, publicado no livro “O Pensamento Negro em Educação no Brasil: Expressões do Movimento Negro”, refletimos que é preciso denunciar que ainda está presente no ambiente escolar “o reforço aos valores da classe dominante, a perpetuação de uma prática pedagógica racista” (JESUS, 1997, p. 47).

As reflexões sobre o papel do Movimento Negro Unificado tem sido visibilizadas em escritos acadêmicos e Fernandes e Souza em *Identidade Negra entre exclusão e liberdade* (2016, p. 105) salientam que

No plano político, o MNU ressignificou o termo raça, inclusive para combater o racismo, forjando nova conotação para o conceito de identidade negra, ligando-a à cultura e ao restabelecimento da memória histórica da diáspora africana. No plano das ciências sociais, o termo raça foi adotado para designar as diferenças de oportunidades de vida, de cultura e de formas de tratamento peculiares ao grupo de afrodescendentes, daí por diante chamados de negros (FERNANDES e SOUZA, 2016, p. 105).

Lélia Gonzalez, uma das fundadoras do MNU, afirma que a veiculação eurocêntrica da visão distorcida sobre nossa história reflete inverdades disseminadas sobre o povo negro, pois “a história oficial, assim como o discurso pedagógico internalizado por nossas crianças, falam do brasileiro como um ser “cordial” (GONZALEZ, 1982, p. 90). Gonzalez também observa que

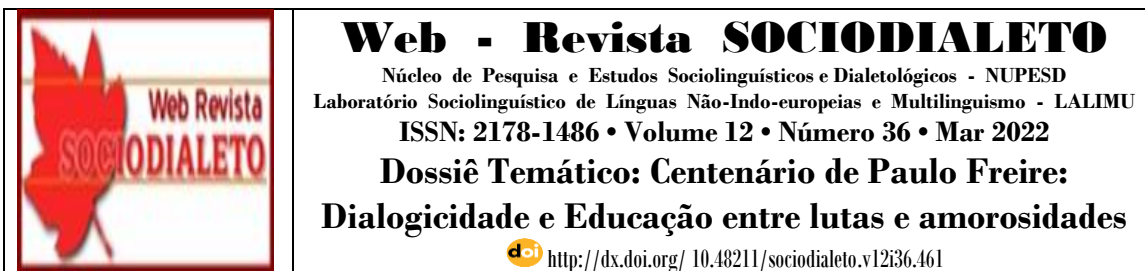
Em termos de Movimento Negro Unificado, a presença da mulher negra tem sido de fundamental importância uma vez que, compreendendo que o combate ao racismo é prioritário, ela não se dispersa num tipo de feminismo que a afastaria de seus irmãos e companheiros (GONZALEZ, 1982, p. 103).

A militância do MNU na academia abraça a perspectiva afrocentrada de Molefi Asante por trazer a ideia de afrocentricidade como “[...] um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe as (os) africanas (os) como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos” (ASANTE, 2009, p. 96).

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2011, p. 153), a primeira representante do movimento negro no Conselho Nacional de Educação, relatora das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana que orientam sobre a Lei nº 10.639/2003, reflete sobre nossa ligação com a Mãe África: “Mesmo nós negros, que reconhecemos e valorizamos nossa descendência africana, enfrentamos dificuldades neste sentido, pois vimos sendo mantidos no desconhecimento uns dos outros, tanto dos oriundos do Continente como dos da Diáspora”. Para Silva e Gonçalves (2000, p. 150), “a via acadêmica, por maior que seja a crítica que a ela se possa fazer, aumentou a comunicação entre os pesquisadores que estudam o assunto, e entre estes e os militantes negros”.

Refletimos que, para que a identidade étnico-racial possa ser assumida, é preciso entender o que significa negritude. O termo negritude aparece na década de 1930 do século XX e quer dizer: “a personalidade negra, a consciência negra” (MUNANGA, 1986). Para uma mudança de visão sobre o continente africano, Kabengele Munanga, um autor de obras importantes sobre as relações étnico-raciais, observa que “A história da África na historiografia colonial foi negada e quando foi contada o foi do ponto de vista do colonizador” (MUNANGA, 2015, p. 31).

Em “O Movimento Negro Educador” (2017, p. 38), Nilma Lino Gomes, segunda representante do movimento negro no Conselho Nacional de Educação, relatora das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, salienta que os estudos sobre educação para as relações étnico-raciais, no país, têm se configurado como





um campo de tensão, a partir do século passado, especialmente a partir da década de 1970, quando o MNU passa a politizar o termo raça, em plena época da ditadura militar.

Enfatizamos que o Movimento Negro contribui para a construção de políticas públicas voltadas à população afro-brasileira que historicamente vivencia as desigualdades advindas do racismo e sua presença na academia visibiliza as ações empreendidas no combate ao racismo.

A nossa atuação no Movimento Negro Unificado (MNU), desde 1984, e na região do ABC, em São Bernardo do Campo, São Paulo, a partir de 1989, e depois em São Luís, Maranhão, em 1997, nos levou a organizar os momentos formativos com seminários, cursos e palestras numa discussão que se intensificou sobre a questão racial e pudemos realizar a formação de profissionais da educação, oficinas para professoras e professores de escolas públicas municipais e estaduais que discutiram também a violência sofrida pela mulher negra. Assim, a luta acompanha um caminho que antecede algumas conquistas.

Nascida na zona rural da ilha de São Luís, capital do Maranhão, no Itagipuru, que poderia ser reconhecida como uma comunidade quilombola e, como muitas famílias maranhenses e nordestinas, se desloca para a cidade grande, São Paulo, por conta do êxodo rural e que retoma as raízes em meados dos anos 90, o que nos possibilitou resgatar uma vivência que nos foi tirada, apesar de que a realização da pesquisa voltada para gênero e raça/etnia não seria possível se, em São Paulo, onde vivemos maior parte do tempo trabalhando, estudando e militando, tivéssemos nos mantido longe dos nossos e não pudéssemos ter despertado para nossa identidade de mulher negra, conscientizando-nos da nossa negritude e da necessidade da luta contra o sexismo e o racismo.

A vivência por um tempo em São Paulo, nos possibilitou conhecer diversas lideranças negras como os integrantes da Frente Negra Brasileira, ainda nos anos de 1980. Pudemos ter contato com intelectuais importantes da nossa causa e Clóvis Moura foi um deles. No mesmo período, encontrávamos um dos precursores da imprensa negra no país como José Correia Leite, que Cuti (1992, p.14) ao escrever com ele “... E disse o velho



	<p>Web - Revista SOCIODIALETO Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetológicos - NUPESD Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo - LALIMU ISSN: 2178-1486 • Volume 12 • Número 36 • Mar 2022 Dossiê Temático: Centenário de Paulo Freire: Dialogicidade e Educação entre lutas e amorosidades  http://dx.doi.org/10.48211/sociodialeto.v12i36.461</p>
---	---

militante José Correia Leite”, afirma: “As lições de vida, que tive com este homem admirável e simples, valeram-me o esforço necessário para a organização deste livro, com o qual espero ter contribuído para reatarmos um pouco mais o fio da história do Movimento Negro”.

Em São Paulo, acompanhamos a presença de Paulo Freire, na gestão da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, no governo de Luiza Erundina, primeira prefeita eleita da cidade de São Paulo pós-governos indicados pela ditadura militar, no processo de luta pela democratização do país, estabelece parceria com rappers por meio projeto educacional chamado Rap...ensando a educação no ano de 1992 e viabiliza que voz ativa da juventude, majoritariamente negra, seja ouvida com os protestos nas letras das músicas. Racionais Mc’s e DMN, participam em 1992, e realizam palestras para estudantes das escolas públicas refletindo sobre as próprias músicas. À época, residindo em São Paulo, sentíamos a presença de Paulo Freire ao percebermos o significado do projeto que chegou até o ABC paulista, quando militávamos no MNU/ABC.

Outro programa importante que se espalhou pelo ABC naquela época foi o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA), inspirado no educador Paulo Freire, surgiu em 1989 em São Paulo na gestão de Paulo Freire à frente da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, para combater o analfabetismo junto à população composta por jovens e adultos que não puderam ser alfabetizados e se escolarizar. Atuamos em São Bernardo do Campo num projeto semelhante inspirado no MOVA, o Projeto Alfabetização Cidadania, implantado em favelas e bairros periféricos do município que atendia a população nordestina composta por uma maioria negra que migrava para São Paulo em busca de melhores condições de sobrevivência.



Nessa perspectiva, o papel da militância na luta contra o racismo é um fator importante e a presença negra do movimento negro na academia qualifica a luta. Paulo Freire nos leva nos inspira a ter esperança de dias melhores, sem racismo, sexismo, machismo, misoginia etc., no nosso convívio, e as reflexões do mestre e os ensinamentos

	<p>Web - Revista SOCIODIALETO Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetológicos - NUPESD Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo - LALIMU ISSN: 2178-1486 • Volume 12 • Número 36 • Mar 2022 Dossiê Temático: Centenário de Paulo Freire: Dialogicidade e Educação entre lutas e amosidades  http://dx.doi.org/10.48211/sociodialeto.v12i36.461</p>
---	---

sobre a ação-reflexão-ação para se chegar à práxis contribuem para um pensar crítico sobre nossa realidade, considerando que nossa luta requer a consciência sobre a existência do racismo e mobilização contra as desigualdades que gera. Como a educação é fundamental no processo de libertação, Freire afirma: “Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser opressor”. Essa é a reflexão sobre a prática pedagógica, a partir do pensamento de Freire (1996, p. 39), pois “É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”. Isso é possível porque para o nosso mestre todo o processo educativo, é um ato de amor. Freire (2000, p. 134) nos ensina que “Não importa em que sociedade estejamos e a que sociedade pertençamos, urge lutar com esperança e denodo”.

A escritora bell hooks, que teve contato pessoal com Paulo Freire em um seminário na universidade que ela era docente nos Estados Unidos da América, revela em seu livro “Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade” (2020), entrevistando Gloria Jean Watkins, seu nome de registro, uma frase do mestre que se tornou para ela um mantra: “Não podemos entrar na luta como objetos para nos tornarmos sujeitos mais tarde” (hooks, 2020, p. 66) e salienta: “A lição que aprendi vendo Paulo incorporar na prática aquilo que descreve na teoria foi profundo. Entrou em mim, me tocou de um jeito que nenhum escrito poderia tocar e me deu coragem. [...] A presença de Freire me inspirou” [...] A autora afirma: “Somente as palavras parecem não ser tão boas o suficiente para evocar tudo que aprendi com Paulo” (hooks, 2020, p. 79-82).

No MNU, a militância assume o papel de liderança agindo como educadora ou educador social por conta de que sabe onde quer chegar, a partir de uma ação revolucionária e transformadora da realidade como nos ensina Paulo Freire, cuja contribuição pode ser lembrada de inúmeras formas nos movimentos sociais, mas, para o movimento negro, a presença do mestre é marcada principalmente no continente africano e permanece de forma memorável para nós, descendentes de africanos na diáspora. As

	<p>Web - Revista SOCIODIALETO Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetológicos - NUPESD Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo - LALIMU ISSN: 2178-1486 • Volume 12 • Número 36 • Mar 2022 Dossiê Temático: Centenário de Paulo Freire: Dialogicidade e Educação entre lutas e amorosidades  http://dx.doi.org/10.48211/sociodialeto.v12i36.461</p>
---	---

pedagogias de Freire se somam às pedagogias negras, nos ensinando a transgredir, após séculos de silenciamento sobre nossa história para ensinar nossa história de resistência.

A LUTA CONTRA O RACISMO

A militância do MNU estuda os conceitos sobre racismo desde o surgimento da organização em plena época da ditadura militar. Os escritos deste século indicam, a partir de Almeida (2019, p. 21), que “a noção de raça como referência a distintas categorias de seres humanos é um fenômeno da modernidade que remonta aos meados do século XVI”.

De acordo com Almeida (2019, p. 24) o racismo é imoral além de ser crime.

O racismo é uma imoralidade e também um crime, que exige que aqueles que o praticam sejam devidamente responsabilizados [...]. [...] quando se limita o olhar sobre o racismo a aspectos comportamentais, deixa-se de considerar o fato de que as maiores desgraças produzidas pelo racismo foram feitas sob o abrigo da legalidade [...].

Almeida (2019, p. 25-26) amplia as possibilidades de entendimento sobre o racismo, ao refletir sobre a concepção institucional, e observa o avanço teórico.

A concepção institucional significou um importante avanço teórico no que concerne ao estudo das relações raciais. Sob esta perspectiva, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça.

Para Almeida, a desigualdade racial é causada também pelo racismo institucional. O autor ressalta que o racismo expresso é dessa mesma estrutura. “As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos” (ALMEIDA, 2019, p. 31). Assim, o racismo estrutural é a formalização de um conjunto de práticas institucionais, históricas, culturais e interpessoais numa sociedade que coloca um grupo social ou étnico em uma posição melhor para ter sucesso e prejudica outros grupos causando disparidades que se desenvolvem entre os grupos ao longo dos tempos.

Estabelecer o conceito de racismo institucional representa um avanço na luta do movimento negro para saber como combatê-lo. Para o autor, “[...] as relações do cotidiano no interior das instituições vão reproduzir as práticas sociais corriqueiras, dentre as quais o racismo, na forma de violência explícita ou de microagressões – piadas, silenciamento, isolamento etc.” pois “se o racismo é inerente à ordem social, a única forma de uma instituição combatê-lo é por meio da implementação de práticas antirracistas efetivas” (ALMEIDA, 2019, p. 32).

Almeida, (2019, p. 35) alerta que “o racismo é processo político porque, como processo político sistêmico de discriminação que influencia a organização da sociedade, depende de poder político; caso contrário seria inviável a discriminação sistemática de grupos sociais inteiros” e que é sem sentido a ideia de racismo reverso, considerando que

O racismo reverso seria uma espécie de “racismo ao contrário”, ou seja, um racismo das minorias dirigido às majorias. Há um grande equívoco nessa ideia porque membros de grupos raciais minoritários podem até ser preconceituosos ou praticar discriminação, mas não podem impor desvantagens sociais a membros de outros grupos majoritários, seja direta, seja indiretamente. Homens brancos não perdem vagas de emprego pelo fato de serem brancos, pessoas brancas não são “suspeitas” de atos criminosos por sua condição racial, tampouco têm sua inteligência ou sua capacidade profissional questionada devido à cor da pele (ALMEIDA, 2019, p. 35).

Munanga (2003, p. 8) também conceitua o racismo e afirma que “o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural”. O autor alerta que “o racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos”. Munanga observa que para o racista “a raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo ao qual ele pertence”.

Essa leitura nos leva a refletir que o racismo presente na estrutura social pela exploração que o sistema econômico, político e jurídico perpetua de um lugar de subalternidade, destina rendimentos menores, principalmente às mulheres negras, que não se encontram espaços políticos de decisão, sendo expostas à violência da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS


Vivemos tempos de ideias opressivas no nosso país por conta da disseminação do ódio, injustiça e descaso, em pleno período pandemia. Daí a importância de resgatarmos as ideias de Paulo Freire, no centenário de seu nascimento, por nos ensinar que precisamos nos libertar por meio de seu pensamento decolonial e a leitura de sua obra é fundamental para a militância do movimento negro na academia, considerando que, com o acesso ao saber, por meio da educação, podemos nos libertar de um processo de opressão, colonização e dominação que perpetua desigualdades em nossa sociedade e no mundo, e mesmo que as políticas públicas educacionais que contribuam para a eliminação dessas desigualdades sofram estagnação, processos de reparação, reconhecimento e valorização na educação são demandados, a fim de serem eliminadas as desigualdades uma vida digna à população negra.



Web - Revista SOCIODIALETO

Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetológicos - NUPESD
Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo - LALIMU
ISSN: 2178-1486 • Volume 12 • Número 36 • Mar 2022

**Dossiê Temático: Centenário de Paulo Freire:
Dialogicidade e Educação entre lutas e amosidades**

 <http://dx.doi.org/10.48211/sociodialeto.v12i36.461>

O mestre Paulo Freire (1992) afirma: “É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera”. Para Freire, “Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo...”

Para a militância do movimento, a leitura de Paulo Freire, dentro e fora da academia, contribui para o processo de conscientização de todos os seres humanos, homens e mulheres, e de todos os educadores e educadoras, em particular, pelo caráter político e emancipatório como instrumento de libertação de consciências para que o/a oprimido/a tenha consciência crítica da opressão sofrida para transformar a realidade.

Os retrocessos vividos na atualidade demandam pesquisa e reflexão na aplicação das políticas públicas, com o recorte étnico-racial e que abrangem estudos numa perspectiva de libertação da opressão manifestada pelo racismo, a discriminação racial e o preconceito racial que atinge a população negra neste país.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro. 264 p. (Feminismos Plurais/coordenação de Djamila Ribeiro) Pólen, 2019.

ASANTE, Molefi. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: Nascimento, Elisa Larkin. **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

CARDOSO, Marcos Antônio. **O Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978-1998**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

FERNANDES, Viviane Barboza e SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. Identidade Negra entre exclusão e liberdade. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros** nº 63 abr 1996 (p.103-120). Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0020-38742016000100103&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10/10/2020.


FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.



Web - Revista SOCIODIALETO

Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetológicos - NUPESD
Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo - LALIMU
ISSN: 2178-1486 • Volume 12 • Número 36 • Mar 2022

**Dossiê Temático: Centenário de Paulo Freire:
Dialogicidade e Educação entre lutas e amosidades**

 <http://dx.doi.org/10.48211/sociodialeto.v12i36.461>

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau**: registros de uma experiência em processo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo e GUIMARÃES, Sérgio. **A África ensinando a gente**: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe. 2. ed. - São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: Saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia, HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 2 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

JESUS, Ilma Fátima. O pensamento do MNU. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves & BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção (Orgs.) **O Pensamento Negro em Educação no Brasil**: Expressões do Movimento Negro. São Carlos: Ed. da UFSCar, 1997.

JESUS, Ilma Fátima de e Ogunbiyi, Adomair O. **Educação das Relações Étnico-Raciais**: Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. São Paulo: Ed. Didática Suplegraf, 2010.

LEITE, José Correia. ... **E disse o velho militante José Correia Leite**: depoimentos e artigos. Organização e textos Cuti. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

Por uma Política Nacional de combate ao racismo e à desigualdade racial. Marcha Zumbi contra o racismo, pela cidadania e a vida. Brasília: Cultura Gráfica e Editora Ltda, 1996.

MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO: **1978-1988: 10 anos de luta contra o racismo**. São Paulo: Confraria do Livre, 1988.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 62, p. 20–31, dez. 2015. Acesso em 12/03/2017.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: Usos e sentidos. 2 ed. São Paulo: Ática, 1986.


OGUNBIYI, Adomair O. **O que é Movimento Negro?** Cadernos Papo Sério. Movimento Negro Unificado – MNU. São Bernardo do Campo (SP), 1995.



Web - Revista SOCIODIALETO

Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetológicos - NUPESD
Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo - LALIMU
ISSN: 2178-1486 • Volume 12 • Número 36 • Mar 2022

**Dossiê Temático: Centenário de Paulo Freire:
Dialogicidade e Educação entre lutas e amosidades**

 <http://dx.doi.org/10.48211/sociodialeto.v12i36.461>

OGUNBIYI, Adomair O. **Racismo, Preconceito racial e Discriminação racial: é preciso definir.** I Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as Nordeste. Universidade Federal do Maranhão – UFMA, São Luís, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul.** 1 ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SILVA, Júlio Menezes da. **História: Quando Abdias encontrou-se com Paulo.** Ipeafro, 2020. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/historia-quando-abdias-encontrou-se-com-paulo/> Acesso em: 21/01/2022.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e, GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Movimento Negro e Educação. **Revista Brasileira de Educação.** Set/Out/Nov/Dez 2000 Nº 15, p. 133-158. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n15/n15a09.pdf>. Acesso em 29/07/2020.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Entre o Brasil e África: construindo conhecimentos e militância.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

Recebido em: 31/01/2022 | Aprovado em: 06/05/2022.
